



O Movimento Educacional Capixaba: Análise do Dossiê do Fundo DOPS/ES sobre o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Espírito Santo

RAMILLES GRASSI ATHAYDES¹

Com a promulgação da Lei 12.527 (Lei de Acesso à Informação) de 18/11/2011 e o estabelecimento da Comissão Nacional da Verdade, pela Lei 12.528 de 18/11/2011, historiadores e interessados puderam adquirir maior acesso à informações até então inatingíveis ou muito restritas, contribuindo assim para a elucidação de muitos acontecimentos desse período da história do Brasil que ainda possui lacunas a serem preenchidas, e trazem à tona muitos debates (novos e antigos) acerca de episódios marcantes da ditadura militar brasileira. Assim, entre tantos outros assuntos relacionados a este tema, um debate precípua acerca do regime militar brasileiro é o comportamento do movimento estudantil durante o prosseguimento dos anos que vão desde o golpe de 1964 à finalização da ditadura em 1985.

Os arquivos pesquisados sobre o Movimento Estudantil no Espírito Santo, que trazem informações para o presente relatório, datam, principalmente do ano de 1975 ao ano de 1986. Tratam-se de documentos contidos no dossiê Movimento Educacional, do Fundo DOPS/ES. Há muito ainda que se pesquisar. É válido ressaltar que nem todos os documentos encontrados respondem todas as dúvidas que vão surgindo a respeito do assunto. Todavia, os dados obtidos permitem elucidar algumas lacunas sobre o ME capixaba durante o período citado.

¹¹ Mestranda em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Bolsista FAPES.

DOSSIÊ DCE/UFES

A formação do DCE/UFES data 1963. Reconhecido pela legislação universitária, possuía patrimônio próprio e chegava a receber verbas da própria Universidade. Porém, sem muita representatividade política, ficava relegado ao desenvolvimento de atividades recreativas e assistencialistas. Durante algum tempo, sua presidência foi exercida por estudantes ligados à direita conservadora, até passar, em 1967, ao controle dos estudantes mais alinhados à esquerda, que reivindicavam os direitos estudantis. Desativado o DCE da UFES em 1969, o Movimento Estudantil dentro da universidade enfraqueceu-se frente ao endurecimento do regime, provocado principalmente pela promulgação do AI-5. Este só viria a se recuperar efetivamente na segunda metade da década de 1970, com a reaberturas dos Diretórios Acadêmicos e do DCE, este último em 1978.

Apesar de desativado o DCE desde 1969, alguns DA's da UFES, como o da Escola Politécnica e da Faculdade Federal de Medicina, mantinham ligações e eram influenciados por Centros Estudantis da UFBA e da Faculdade de São Carlos – SP. Prova disto é o fato de que ambos os Diretórios da UFES citados, receberam cópias de documentos elaborados pelo DCE da UFBA e pela Faculdade de São Carlos, endereçados ao Ministério da Educação, relativos a reivindicações elaboradas por ambos os DCE's. A remessa desses documentos aos DA's da UFES, pressupõe a existência da tentativa de unificação dos estudantes a um movimento de âmbito nacional.

Mesmo na falta de um órgão que representasse efetivamente todos os estudantes da Universidade, em reportagem do Jornal A Gazeta de 1975², fica evidente a preocupação dos estudantes com a reorganização de sua representatividade. Segundo os mesmos, para que a reabertura do DCE pudesse ser efetivada, seria necessária liberdade de ação na UFES, uma vez que o órgão representativo não deveria ser simplesmente reaberto, mas sim atuante, promovendo intercâmbio com outras faculdades, realizando atividades sociais, culturais,

² Acervo Fundo DOPS/ES. Dossiê Movimento Educacional nº 01. Caixa 21. Pág. 513. A Gazeta, 05 de dezembro de 1975. “UFES tem 6 Diretórios quase vazios”.

esportivas e artísticas, promovendo assim maior integração no meio universitário. Porém, devido à falta de apoio, verbas e a constante repressão feita aos alunos, até mesmo os DA's da UFES encontravam-se praticamente vazios. Segundo opinião do aluno Antônio Oliveira Santos, membro da direção do DA "Dido Fontes", do Centro Tecnológico, a reabertura do DCE seria muito importante, mas antes seria necessária a integração entre os Diretórios existentes na UFES. Para ele, o DCE só poderia surgir depois que os DA's estivessem estruturados e os alunos conscientizados do que é um Diretório. Assim, o DCE controlaria os DA's que encontravam-se completamente desorganizados, pois não havia integração entre os alunos. De acordo com o Decreto-Lei nº. 228, de 28 de fevereiro de 1967, que regulava a ação dos DA's, estes teriam como principal meta defender os interesses dos estudantes, porém, ainda assim encontravam-se vazios. Tachado como "subversivo", o DCE demoraria ainda algum tempo para se reorganizar.

Com pouca representatividade, os alunos da UFES reclamavam frente à desorganização da Universidade, como consta em reportagem do Jornal A Gazeta também de 1975³, segundo a qual as reclamações referiam-se, principalmente, aos horários das disciplinas ministradas, à falta de professores e ao surgimento de excedente interno de alunos por falta de planejamento e organização.

Ainda sobre a falta de organização e péssimas condições de funcionamento, alguns DA's da UFES, como o DA do Centro Biomédico e o DA do Centro Pedagógico, encaminharam em setembro de 1977 uma carta aberta do Ministro da Educação e Cultura, na qual discorriam sobre a importância da Universidade no processo de desenvolvimento da sociedade e suas preocupações em relação ao não cumprimento desse papel por parte da mesma. Afirmavam ainda que a Reforma Universitária (Lei 5.540/1968) não atendia aos seus anseios, pois reduzia o tempo em que eram ministrados os cursos, impossibilitando uma prática correta dos professores, afastando os alunos dos livros, dentre outras coisas. Reclamavam também da péssima remuneração de professores e funcionários, que acabava refletindo no ensino, das instalações do Restaurante Universitário e o preço da comida, da inexistência de assistência médico-odontológica para os alunos. Afirmavam ainda que o direito assegurado pela

³ _____ Pág. 512. A Gazeta, 20 de agosto de 1975. "Alunos da UFES reclamam de desorganização".

Constituição de organização e expressão livre lhes foi tomado através de Decretos-Lei coercitivos e repressivos como o 228 (que reformulou a organização estudantil) e o 477 (considerado o AI-5 das Universidades), assim como pela Lei de Segurança Nacional e a constante invasão policial nos campi universitários, que coibia o desenvolvimento pleno das atividades estudantis.

No ano de 1978, depois de diversos encontros entre os membros de vários DA's da UFES, acontecidos desde novembro de 1977, foi criada em 31 de agosto a Comissão Pró-DCE, com vistas à criação de um órgão central com maiores poderes para a reivindicação de melhorias. De caráter provisório, esta Comissão foi formada em Assembleia e composta por quatorze universitários da UFES, sendo dois deles pertencentes à Faculdade de Agronomia de Alegre. Segundo seus integrantes, a finalidade da Comissão era divulgar o DCE, promover atividades culturais e substituir as reuniões entre os Diretórios Acadêmicos, facilitando o trabalho em conjunto e intensificando a reabertura do DCE da UFES. Entre os dias 12 e 15 de setembro os trabalhos dessa Comissão começaram a ser realizados através do ciclo de palestras intitulado "Realidades Brasileiras", com a participação de vários conferencistas, mas que contou apenas com a presença de universitários. No encarte da programação do referido evento, existiam críticas à política de "abertura" do governo, que segundo os estudantes oprimia os trabalhadores nas suas iniciativas de organização, e dentro da universidade demitia os professores, expulsava os alunos e cerceava o debate aberto.

Em 09 de novembro de 1979, depois de ter sido fechado pela repressão em 1968, o DCE da UFES foi reaberto através de eleição livre e direta, com a participação de cerca de 70% dos estudantes (que no citado momento chegavam aos nove mil alunos), na qual foi eleita a chapa "Construção". Tal chapa tinha a proposta de intensificar a parceria do DCE com outras entidades, buscando unidade na luta pela democracia. Em seu primeiro folheto informativo de 1979, o DCE comunica sua participação na XI reunião da Comissão Nacional Pró-UNE, realizada em Brasília, entre 26 e 28 de março, tendo como pauta a luta contra o ensino pago, a anistia ampla, geral e irrestrita, a luta contra a entrega da Amazônia às multinacionais, entre outros. Em reportagem do Jornal A Gazeta de 08 de novembro de 1979⁴, o então presidente do

⁴ _____ Pág. 518. A Gazeta, 08 de novembro de 1979. "DCE mobiliza alunos da UFES para greve geral na quarta-feira".

DCE/UFES, Paulo Hartung Gomes, anuncia greve dos alunos, tendo como motivo principal a negativa que os estudantes universitários receberam do Conselho de Ensino e Pesquisa, que não atendeu a uma série de reivindicações ligadas à parte acadêmica, como a gratuidade dos chamados “cursos de verão” (terceiro período letivo), liberação dos exames finais para aqueles alunos que haviam obtido média sete durante o semestre letivo, a retirada dos históricos escolares do “R” de reprovação e o fim do índice de coeficiente de rendimento para matrícula em disciplinas, o que acabava gerando excedente interno de alunos. Lutando por melhores condições de ensino e democracia, o DCE passou a tentar estabelecer parcerias com os DA’s da Universidade, e apoiar outros movimentos da sociedade.

Durante a análise dos documentos para a confecção do presente relatório, poucos dados mostravam a repressão aos alunos da UFES. Porém, devido ao tamanho dos arquivos, percebe-se que o Movimento Estudantil era acompanhado de perto pelos órgãos de vigilância. É válido ressaltar também que durante o ano de 1978 vários assaltos aconteceram na Universidade, e alguns jornais denunciavam a falta de segurança e iluminação no campus. Todavia, justamente pela repressão, os estudantes rejeitavam a ideia de vigilância por parte dos policiais no campus, solicitando apenas maior iluminação.

Em divulgação de boletim informativo, o DCE anunciava Assembleia Geral dos Estudantes na UFES para 04 de novembro de 1980, no qual também incitava greve geral dos estudantes, que acabou sendo decretada do dia 04 ao dia 15 do referido mês em cadeia nacional. Os estudantes protestavam contra a possibilidade de fechamento do Restaurante Universitário, contra as taxas cobradas para a utilização do ginásio de esportes, pela efetivação do terceiro período letivo (“curso de verão”), por mais verbas e melhores condições de ensino. Durante o período de greve foram realizados vários cursos e palestras. Em carta aberta direcionada ao povo capixaba, os estudantes informavam ainda sobre a crise na UFES por falta de verbas (o que também acontecia a nível nacional devido a política educacional do MEC), teciam críticas à privatização do ensino e pediam apoio na luta por mais verbas para a educação. Em reportagem do Jornal A Tribuna⁵, verifica-se também a preocupação dos alunos em relação a um currículo que atenda às necessidades de cada curso, chegando ao ponto dos estudantes do curso de História deflagrarem greve pela implementação de um novo currículo.

⁵ _____ Pág. 521. A Tribuna, 25 de março de 1980. “Alunos da UFES em passeata paralisam aula”

Nesse momento a principal preocupação do ME era a participação dos estudantes na reestruturação de suas unidades representativas, para que juntos pudessem lutar, principalmente, contra a tentativa de implantação do ensino pago por parte do governo. Para eles, tornava-se importante não apenas reivindicar mais verbas, mas sim a elaboração de um projeto alternativo de democratização das universidades, principalmente no caso da UFES. Uma vez que, segundo o seu entender, uma universidade democrática possibilitaria a construção de uma sociedade transformada.

Ainda no ano de 1980, em consonância com o Movimento Estudantil, a ADUFES anunciava a paralização dos professores entre 08 e 15 de novembro, com o objetivo de combater a prepotência oficial que ignorava as opiniões dos professores, garantir o funcionamento de uma universidade que contribuísse para o desenvolvimento nacional, estabelecer de condições de liberdade necessárias ao desenvolvimento científico, proporcionando condições materiais para o trabalho docente. Além disso, reivindicavam 48% de abono salarial e repudiavam o anteprojeto de reestruturação da carreira do magistério, unindo-se assim ao movimento nacional da Associação dos Docentes. É importante ressaltar que, em 1980, o salário dos docentes valia o equivalente a 50% do que era em 1964. Os professores da UFES ainda criticavam a reitoria da Universidade pelo aumento no número de alunos, que não foi acompanhado pelo crescimento no número de docentes, uma vez que a política oficial proibia contratações. Também manifestaram-se contra a proposta de redução na oferta de vagas para os cursos de Administração (de 80 para 60 vagas), Comunicação (de 80 para 60 vagas) e Biblioteconomia (de 80 para 40 vagas), sob a justificativa da reitoria de não haver mercado suficiente para essas áreas. Mostravam-se também contrários a ocupação de funções de natureza diferente para a qual haviam sido contratados, o que evidenciava abuso de poder dentro da UFES.

Nos dias 12 e 13 de novembro de 1980, ocorreram novas eleições para a presidência do DCE/UFES, nas quais concorreram as chapas “Hora de Mudar”, “Mudar para Avançar”, “Nosso Tempo” e “Mobilização Estudantil”. Essas eleições evidenciaram a falta de união na reorganização do ME, uma vez que as chapas chegaram a trocar acusações nos jornais na época⁶. A chapa vencedora foi a “Hora de Mudar”, que obteve mais de 60% dos votos, numa

⁶ _____ Pág. 530. A Gazeta, 12 de novembro de 1980. “Hora de Mudar denuncia falsificação”.

eleição na qual apenas 4.500 dos cerca de 10.000 alunos votaram, tendo como presidente Estanislau Kostka Stein. Várias entidades da sociedade capixaba foram convocadas para a posse, o que mostra a procura do DCE por uma luta conjunta por melhorias na qualidade do ensino e de vida para a população, e o apoio à luta contra o ensino pago, que sempre permeou o ME no estado. O DCE passou a apoiar todas as reivindicações dos professores que visassem melhorias para a comunidade universitária, buscando assim também uma parceria.

Através da publicação de um jornal informativo, feito durante alguns anos, o DCE repassava aos alunos alguns informes e também seu posicionamento frente aos interesses estudantis e à conjuntura política brasileira. No ano de 1981, várias de suas edições reivindicavam verbas, eleições diretas para os cargos nas Universidades, reconhecimento das entidades estudantis, democratização do ensino, entre outras coisas. Nas edições desse jornal, também pode-se observar a ligação do DCE da UFES com outros setores da sociedade, como o apoio à luta dos professores de 1º e 2º graus e aos posseiros das ocupações irregulares na Grande Vitória, juntamente com a igreja Católica e partidos de oposição. Também nota-se um posicionamento do DCE em relação aos acontecimentos nacionais, como o repúdio ao atentado Rio-Centro e aos direcionamentos políticos do país. Tornou-se tarefa do DCE a realização de feiras culturais, corridas rústicas e até mesmo do Festival de Música Popular de Alegre. Os estudantes acreditavam que assim, o DCE recuperaria seu prestígio na sociedade capixaba, mostrando-se uma entidade séria e combativa, aproximando-se do conjunto dos estudantes e estimulando a criação dos Centros Acadêmicos na UFES.

O ano de 1980 foi marcado por greves nacionais, o que não aconteceu em 1981, evidenciando que o ME organizou-se em torno de problemas específicos de cada estado. Tanto na UFES, quanto em várias Universidades do país, os estudantes criticavam de maneira veemente o projeto do governo de autonomia financeira às Universidades, pois isso eximia o MEC de sua responsabilidade para com o ensino superior e deixava a Universidade à mercê do ensino pago. Defendiam ainda um ensino voltado para os interesses nacionais. Uma vez que a obtenção de fundos para o ensino superior via empresas privadas, submetia-o a tais empresas. Prova de tal descontentamento foi a manifestação dos estudantes contra o que havia ficado acordado no Seminário sobre Análises Financeiras da UFES, também chamado de “Seminário de Campinho”, realizado em novembro de 1980, na cidade de Domingos Martins, com a participação de 32 dirigentes da UFES, que aprovaram deliberações com a intensão de cobrar

pelo ensino universitário. Deliberações estas que foram arquivadas a partir de ampla denúncia feita pelo DCE e o consequente e firme repúdio da comunidade universitária, em massiva Assembleia Geral, chegando à ameaça de greve.

Ao passo que o DCE da UFES representava a dianteira da reorganização do Movimento Estudantil, fica evidente a falta de integração no seio do próprio ME, devido até mesmo divergências político-ideológicas. Em reportagem do Jornal A Gazeta de 05 de dezembro de 1981⁷, a diretoria do DCE/UFES foi acusada de tentar capitalizar politicamente todo o processo que envolvia a retomada da Casa do Estudante Capixaba (que pertencia a UEE e encontrava-se no momento em poder do governo estadual) e a reconstrução da União Estadual dos Estudantes. Essa acusação foi feita pela Comissão Executiva do movimento pró-UEE, do qual o DCE também fazia parte. Em nota divulgada, os DA's da EMESCAM, UVV e FAESA, afirmavam que o DCE-UFES estaria se colocando como a única entidade a levantar a luta pela reconstrução da UEE-ES.

O início do ano de 1982 foi marcado por um emblemático confronto entre polícia e estudantes, num momento no qual acreditava-se que a repressão ao ME havia diminuído. Amplamente noticiada pelos jornais da época⁸, a repressão ao movimento demonstrou o temor do regime militar frente a uma manifestação popular. Em passeata pacífica do DCE contra a ditadura, cerca de 800 estudantes reivindicavam a retomada da Casa dos Estudantes, tirada dos mesmos pelo governo em 1967. Segundo os participantes do evento, a ação repressiva teria sido ordenada pelo Secretário de Segurança José Parente Frota, sob a alegação de que na Praça Costa Pereira não era permitido nenhum tipo de protesto, segundo a portaria nº. 128, de 10 de novembro de 1981, expedida pelo próprio secretário. Assim, os cerca de 50 policiais que arrancaram as faixas e o som do local acabaram solicitando reforços à medida que os estudantes pressionavam gritando palavras de ordem como “Abaixo à ditadura!” e “A praça é do povo, abaixo à repressão”, aplaudindo e vaiando a PM, que começou a usar gás lacrimogêneo para dispersar o movimento. Mesmo assim, o ex-presidente do DCE, Paulo Hartung discursou, enquanto os policiais aguardavam a chegada da tropa de choque. Ainda segundo informações

⁷ _____ Pág. 542. A Gazeta, 05 de dezembro de 1981. “DCE é acusado de tentar capitalizar movimento”.

⁸ _____ Págs. 543, 544, 546 e 547. A Tribuna, 07 de janeiro de 1982. “Polícia reprime estudantes” e “PM dispersa estudantes com bombas de gás”. A Gazeta, 07 de janeiro de 1982. “Polícia reprime ato cultural na Costa Pereira”. A Tribuna, 12 de janeiro de 1982. “Participantes de ato público depõem no DOPS”.

dos participantes, o militar mais exaltado no local era o Major Pio, do Serviço de Informação e Contrainformação da Superintendência de Polícia Civil. Quatro representantes das entidades envolvidas no ato público pela retomada da Casa dos Estudantes, foram acusados de desrespeitarem a portaria do Secretário de Segurança e, conseqüentemente, interrogados pelo DOPS. São eles: José Maria Coutinho, então presidente da UPES, Estanislau Kostka Stein, então presidente do DCE/UFES, José de Arimathéia Campos Gomes, Secretário do DCE/UFES e Hildeberto Muniz, dos Sindicato dos Médicos/ES. Todos foram fotografados por um agente do DOPS e “aconselhados” pelo delegado Napoleão Devicta a não participarem de atividades desta natureza. Em seus depoimentos, foram acompanhados de advogados, tendo a presença, dentro e fora do local, do deputado federal Max Mauro, do deputado estadual Nelson Aguiar e da vice-presidente da Confederação dos Professores do Brasil, Mirtes Bevilacqua Corradi, além de companheiros de diversas entidades estudantis, que consideravam a portaria do Secretário inconstitucional. Todos na intenção de garantir a segurança dos depoentes e pressionar o DOPS a liberá-los. O primeiro-secretário do DCE afirmou que a intensão do ato público era, através de atividades artísticas e culturais, expor aos capixabas os motivos da luta pela retomada da Casa do Estudante, e que o tumulto só se formou quando os policiais começaram a agir com violência. Entretanto, a repressão policial contribuiu para que o ato público ganhasse maior visibilidade. Frente ao ocorrido, o DCE divulgou em jornal de livre circulação, uma carta-resposta, na qual esclarecia que a Casa do Estudante Capixaba funcionou de 1951 a 1967, sendo fechada pela Polícia Federal e incorporada ao patrimônio do governo do estado, que construiu no local o Departamento de Imprensa Oficial. Dessa forma, afirmavam que mantiveram sim uma postura crítica contra o governador do estado Cristiano Dias Lopes, num ato político. Segundo os estudantes, a repressão a um ato pacífico não condizia com a política de “abertura democrática” que amplamente era divulgada pelo governo. Finalizaram com a afirmativa “[...] Lutamos com civilidade pelos nossos direitos e pelas conquistas da efetiva liberdade de organização e expressão, outrora garantida pela Constituição. É a certeza de que a Democracia não se dá. Democracia se conquista.”⁹

Na quarta eleição após a reabertura do DCE em 1978, ocorrida em 14 e 15 de abril de 1982, várias chapas, defensoras de divergentes correntes políticas, concorreram. Tais eleições deveriam ter ocorrido em outubro de 1981, mas devido a uma série de problemas, o mandato

⁹ _____ Pág. 548. A Tribuna, 08 de janeiro de 1982. “Resposta do DCE”.

da então diretoria foi prorrogado. Disputando a presidência do DCE/UFES estavam as chapas “Arrastão”, “Solidariedade” e “Ação Conjunta”, que, embora divergentes, apresentavam basicamente as mesmas reivindicações: contratação de professores, suplementação de verbas, congelamento dos preços do bandeirão do RU, apoio à criação da UEE, entre outros. A chapa vencedora foi a “Ação Conjunta”, presidida por José de Arimathéia Campos Gomes. Nesse período também realiza-se o I Congresso de Reestruturação Universitária na UFES (assim como em demais Universidades do país), selando a unidade entre alunos e professores, nunca denúncia conjunta contra a tentativa do governo em acabar com o ensino gratuito. Nesse Congresso realizado pela ADUFES e pelo DCE, foi lançado o Comitê em defesa do Ensino Público e Gratuito no Espírito Santo, com o slogan “Ensino público e gratuito. Direito de todos. Dever do Estado”. Essa parceria entre alunos e professores também efetivou-se na luta contra a portaria ministerial que impedia a contratação de 138 professores necessários ao funcionamento do ensino na UFES. A falta de professores prejudicava muito a qualidade do ensino universitário, visto que, para atender as necessidades dos cursos, os professores acabavam deixando de lado a pesquisa e a preparação extraclasse. A carência era tamanha, que em alguns cursos havia um acúmulo de matérias que acabavam não sendo oferecidas pela ausência de profissionais, atrasando o desenvolvimento curricular do aluno. A falta de docentes era denunciada constantemente pelos jornais do DCE como resultado de uma política de corte de verbas direcionada pela tentativa de privatização do ensino por parte do governo militar. Houve até mesmo a elaboração de um documento por parte do DCE, que foi entregue ao reitor, reivindicando a imediata contratação dos docentes, pressionando para que a UFES aprovasse concurso público para o preenchimento das vagas, o que não resolveu o problema para o primeiro semestre de 1982, visto que apenas 51 professores foram contratados. Em alguns cursos, chegava-se à situação crítica de indicar alunos de períodos mais avançados, para que estes ministrassem aulas ao demais alunos, que por sua vez, em grande parte dos casos, recusavam-se a assistir tais aulas, julgando-as infrutíferas. Assim, marcadamente, 1982 tornou-se um ano de luta contra o ensino pago e pela democratização da Universidade brasileira.

A quinta eleição para a presidência do DCE/UFES, ocorrida nos dias 04 e 05 de maio de 1983, foi marcada pela tentativa de formação de uma chapa única de oposição para uma maior promoção do ME, com vista à defesa do ensino público e gratuito, a democratização da Universidade e eleições diretas em todos os níveis. A chapa “Oposição”, que saiu vencedora,

recebeu esse nome, segundo seus integrantes, por considerar que somente uma prática oposta à da então diretoria do DCE poderia mudar o rumo do Movimento Estudantil dentro da UFES. Tal chapa teve como presidente Arthur S. R. Viana, estudante do curso de Física. No jornal do DCE de setembro de 1983¹⁰, os estudantes denunciavam o caos financeiro da UFES, que ameaçava o funcionamento do RU e o atendimento no Hospital das Clínicas, evidenciando a má administração das verbas universitárias, muitas vezes utilizadas de maneira desnecessária, como a terceirização dos serviços, a construção de uma capela, viagens do reitor, entre outros. Segundo afirmou a reitoria, a UFES apresentava no citado momento um déficit financeiro de 300 milhões de cruzeiros, e a resposta do MEC ao pedido de suplementação de verbas só sairia em trinta dias, colocando uma dúvida em relação ao bom funcionamento da Universidade até lá. Diante do exposto, o DCE convocou Assembleia Geral dos Estudantes para impedir o fechamento do RU e passou a exigir que qualquer verba suplementar que chegasse à Universidade, deveria ser aplicada a partir de um plano de necessidades apresentado previamente e aprovado pela comunidade universitária. Os estudantes chegaram até mesmo a ameaçar uma greve para protestar contra a falta de verbas para a Universidade pública e contra o aumento de 58% das verbas para as Universidades particulares, pela legalização da UNE, pela autonomia e reestruturação completa das Universidades e pela eleição direta para reitor¹¹.

Em outra edição de seu jornal¹², o DCE conclama o posicionamento e a participação dos quase 12 mil estudantes da UFES, naquele ano de 1984, marcado por acontecimento dentro e fora da Universidade. Enfaticamente, apoiavam a campanha das “Diretas Já!” e criticavam o FMI, considerado o novo ditador da política econômica brasileira. Denunciavam ainda o que consideravam uma tentativa do MEC de transformar as Universidades num instrumento de manutenção e reprodução do sistema econômico imposto à população brasileira e grande responsável pela situação na qual encontrava-se o país. Creditavam ao governo a intensão de transformar a Universidade num espaço de criação de mão de obra para atender aos interesses capitalistas, retirando dela o seu papel principal que seria de transformação da sociedade. Nesse ano, o DCE passou a integrar a Comitê Estadual Pró-Diretas, reforçando a importância da mobilização estudantil contra os resquícios do regime. Ainda em 1984, afirmando que a escolha

¹⁰ _____ Pág. 485. Jornal do DCE, ano V, nº. 11, Setembro/1983.

¹¹ _____ Pág. 582. A Tribuna, 04 de agosto de 1983. “Estudantes podem fazer greve geral em agosto”.

¹² _____ Págs. 488 à 491. Jornal do DCE, ano VI, nº. 12, Março/1984.

para o novo reitor da UFES já era “carta marcada”, os estudantes recusassem-se a participar da eleição para a lista sêxtupla que seria enviada para o MEC, numa forma de protesto pela eleição direta para os cargos da UFES. Assim, o professor Abi Zaid torna-se reitor da UFES, indicado pelo General Figueiredo, o que causou uma onda de revoltas na comunidade universitária. No mesmo jornal, o DCE incitava os estudantes a aderirem a deliberação da UNE, que previa greve geral no dia da aprovação da Emenda Dante de Oliveira, marcada para 25 de abril. Pressionando a administração da UFES por eleições diretas em todos os níveis, a Escola de Serviço Social da UFES foi a primeira a ter eleição direta para a chefia de Departamento. Consonante com as manifestações que aconteciam por todo o país, os alunos da UFES também participaram de comícios Pró-Diretas na Grande Vitória.

Em 1984 o Movimento Estudantil dentro da UFES encontrava-se bastante fragilizado. Fragilidade esta que pode ser comprovada a partir das eleições de 1982, quando grande parte dos estudantes afirmava haver muito “estardalhaço” para pouca realização. Devido a divergências nas tendências políticas de cada grupo que concorria à presidência do DCE, o ME acaba se fragmentando e, conseqüentemente, se desestruturando. Ainda nesse ano, o DCE posicionou-se contra as candidaturas de Tancredo Neves e Paulo Maluf à presidência do país (pleito que seria realizado de forma indireta), mesmo com a deliberação da UNE em favor de Tancredo. Afirmavam que o primeiro não representava os interesses dos trabalhadores, e que o segundo era o continuísmo do regime ditatorial. Em dezembro deste mesmo ano, realizou-se a sexta eleição para o DCE/UFES, que contou com a participação das chapas “Renascer”, “Falando Sério”, “Diabólica Verdade”, “Ação Ecológica” e “Do Outro Lado do Avesso”. Já no final do regime ditatorial pelo qual o Brasil passara mais de 20 anos, documento encaminhado ao SII/ES¹³ comprova que o Serviço de Investigação e Informação acompanhava de perto a movimentação dos estudantes dentro da UFES. Segunda consta no referido documento, as eleições estariam ocorrendo tranquilamente, e exceto alguns cartazes afixados e pichações em muros, não podia perceber-se movimentação de campanha e poucas eram as urnas espalhadas pela UFES para a realização das eleições do DCE. Essa eleição também foi marcada pelo “Manifesto para o voto em branco”, iniciado pelo DA de Engenharia com o apoio de vários universitários, segundo os quais qualquer chapa que viesse a vencer as eleições não teria condições de se manter à frente do DCE, seja por fragilidade numérica, por pouca

¹³ _____ Pág. 349. Informe nº. 063/84 – SII/SPI/ES. 17 de dezembro de 1984.

representatividade ou por desconhecimento de suas propostas por parte dos estudantes que já encontram-se ausentes devido ao fim do período letivo. Enfim, reconhecendo o atual momento de fragilidade pelo qual estava passando o ME dentro da UFES, convocavam os estudantes a votar em branco para que novas eleições pudessem acontecer em um outro momento. Assim, devido ao pequeno número de votantes, o Conselho de Entidades de Base delegou poderes a uma diretoria provisória, composta por dez membros, com o objetivo de encaminhar nova eleição e estimular a participação dos estudantes, marcada para abril de 1985.

Em 1986 o DCE/UFES encontrava-se presidido por Ozenildes Alves Rodrigues, da chapa “Pra sair dessa maré”. Enxergando a total falta de mobilidade do ME dentro da Universidade, tal chapa divulgou um informativo¹⁴, afirmando que o DCE encontrava-se desacreditado devido à pouca participação, não conseguindo unir e organizar as demais entidades para agirem em conjunto. Como solução para o “marasmo” enfrentado pelo DCE, propunham a realização de uma ampla ligação com os estudantes das Entidades de Base (CA’s e DA’s) e nos cursos, assim como com a população. Porém, isso não contribuiu para a unificação do ME dentro da UFES, que tornou-se cada vez mais inoperante. Em reportagem do jornal A Gazeta¹⁵ do mesmo ano, os próprios alunos reconhecem a falta de mobilização e o desinteresse, não conseguindo nem mesmo levantar os problemas relativos ao próprio curso. A diretoria do DCE também reconheceu falha na mobilização estudantil, mas acusou os estudantes de conivência com o sistema, que por sua vez, afirmavam ser a diretoria do DCE fragmentada e não-representativa. O que percebe-se diante do exposto é a ausência das ações coletivas por parte do ME dentro da UFES e a falta de colaboração dos próprios estudantes, que defendiam a importância de uma reformulação completa do ensino universitário, mas que não se mobilizavam para isso.

O Movimento Estudantil na Universidade Federal do Espírito Santo, amplamente combatido pela Ditadura Militar, enfraquecido com o fechamento de sua entidade representativa principal (DCE) em 1969, e que se reestruturou no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, teve grande importância na defesa e conquista dos interesses dos estudantes capixabas. Afirmando que a universidade não deveria se colocar a serviço de empresas, mas desempenhar um papel de agente transformador da sociedade, representando os interesses dos trabalhadores, o ME dentro

¹⁴ _____ Pág. 361. Informativo “Pra sair dessa Maré, na UNE e no DCE”.

¹⁵ _____ Pág. 583. Jornal A Gazeta, 27 de abril de 1986. “Aluno só espera da UFES diploma no final do curso.”

da UFES, ao falar em dois opostos, universidade crítica x universidade alienante, defendia a democratização da Universidade. Questionavam também a eficácia do modelo de universidade baseado no acordo MEC-USAID, e constantemente mostravam-se preocupados com o ensino público gratuito e de qualidade, com a produção científica e com a defesa de uma universidade mais acessível. Embora enfraquecido devido a divergências internas já em meados dos anos 1980, o Movimento Estudantil da UFES representou um foco importante de resistência e combatividade contra as imposições de um regime ditatorial que implementou uma Reforma Universitária à sua maneira, ou seja, autoritária e conservadora, relegando a um segundo plano os reais interesses dos estudantes.

Referências

Acervo Fundo DOPS/ES. Dossiê Movimento Educacional. Subsérie UFES – Diretório Central dos Estudantes (DCE). Número 01. Caixa 21. 584 páginas. Arquivo Público Estadual – ES;

ANGELO, Vitor A. de; FAGUNDES, Pedro E.; OLIVEIRA, Uerber J. de. (Orgs). *O estado do Espírito Santo e a ditadura (1965-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014.

ARAÚJO, Maria Paula N. *Memórias estudantis – Da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2007.

BELING NETO, Roberto A. *Movimento Estudantil: os anos 70-80. Escritos de Vitória*. Vitória: PMV/Secretaria de Cultura e Turismo, 1996.

CANCIAN, Renato. *Movimento Estudantil e repressão política: o ato público na Pontifícia Universidade de São Paulo (1977) e o destino de uma geração de estudantes*. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos (Tese de Doutorado), 2008.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *Memórias Silenciadas: catálogo seletivo dos panfletos, cartazes e publicações confiscadas pela Delegacia de Ordem Política e Social do Estado do Espírito Santo. DOPS/ES (1930-1985)*. Vitória: GM Editora/APEES, 2012.

_____. (Org.). *Arquivos da repressão política no estado do Espírito Santo (1930-1985)*. Vitória: PPGHIS-UFES, GM Editora, 2011.

FICO, Carlos. *Além do Golpe: Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *As Universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MÜLLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. São Paulo: Universidade de São Paulo (Tese de Doutorado), 2010.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

PELLICCIOTTA, Mirza. *Uma aventura a política: as movimentações estudantis dos anos 70*. Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Tese de Mestrado), 1997.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005, 3ª Ed.

RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S.; REIS, Daniel A. (Org.). *A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.